

As Políticas de Gênero e as Operações de Paz: Uma Análise Crítica do Caso da MONUC

Paula Drumond*

Resumo

A violência contra o gênero é um fenômeno constante nos novos conflitos e afeta tanto homens quanto mulheres em função de papéis de gênero socialmente construídos. Sem mitigar os tipos de violências enfrentadas pelo gênero feminino, o presente artigo buscará comprovar a existência de um silenciamento em relação às violências contra o gênero levadas a cabo contra homens e meninos a partir de um olhar crítico acerca da atuação da ONU. Para isso, o trabalho será dividido em duas etapas. Na primeira, será realizado um estudo de caso dos diversos padrões de violências contra o gênero presenciados pela ONU na ex-Iugoslávia. Em seguida, será verificado se a ONU reconheceu a existência desses tipos de violência em suas operações posteriores por meio da análise da (in)adequação das políticas de gênero no caso da sua atual Missão no Congo (MONUC).

Palavras-chave: Gênero; violência contra o gênero; Organização das Nações Unidas; Operações de Paz; Ex-Iugoslávia; Congo.

Abstract

Gender-based violence (GBV) affects both men and women and is constantly present in the dynamics of the new wars. Without mitigating the cases of GBV against women and girls, this paper intends to adopt a critical perspective on gender studies in order to prove the existence of a silence regarding GBV against men and boys. With this in mind, this article is divided in two parts. The first one is a case study of the different types of GBV that the UN witnessed during its peacekeeping operation in the Former Yugoslavia (UNPROFOR). The second part intends to verify whether the organization recognized the different impacts of GBV on women as well as men through the analysis of its current Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUC).

Keywords: Gender; Gender-based violence; United Nations; Peacekeeping Operations; Former Yugoslavia; Congo.

* Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde cursou a graduação na mesma área. É também bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A autora atualmente é professora da graduação do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Introdução

O espaço para a incorporação do gênero nas Relações Internacionais (R.I) foi possível no contexto do pós-Guerra Fria a partir da expansão do conceito de segurança internacional e da ação dos movimentos feministas que, conscientes da exclusão da experiência feminina dos discursos de segurança, passam a construir conhecimento baseado nas condições materiais das experiências das mulheres (TICKNER, 1996)¹. Nesse contexto, portanto, a emergência de novos conflitos que usam a violência sexual como instrumento de guerra passou a evidenciar como as construções sociais de gênero constituem padrões de violências e estratégias durante os conflitos armados. A partir de então, abriu-se a possibilidade para o que Väyrynen classifica como um “espaço discursivo para as questões de gênero nas operações de paz” (VÄYRYNEN, 2004) e para a inclusão do indivíduo dentro do campo da Segurança Internacional.

Em função disso, a Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995), em Beijing, e os documentos dela resultantes (*Declaração de Beijing* e *Platform for Action*) adotam o princípio de *gender mainstreaming*² que busca incorporar as experiências e os interesses de mulheres e homens nas decisões e nos planejamentos políticos (MAZURANA, 2005). Já no campo das Operações de Paz se destacam os efeitos resultantes do *Namibia Plan of Action on Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations* (2000), que explicita a necessidade da incorporação do gênero nessas operações (JIMENEZ, 2007), ao interligar a efetividade das Missões de Paz à participação igualitária de homens e mulheres em todos os estágios do processo de paz. Com vistas a garantir esse objetivo, o mesmo documento recomenda a instituição de Seções de Gênero dentro da estrutura organizacional das Operações de Paz. A necessidade dessas seções foi garantida pela Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança, que busca inserir o gênero em todas as esferas das missões desde a prevenção até a

¹ Ainda nesse sentido, Cynthia Enloe afirma que “ These feminists researchers have, quite wisely, focused their primary attention on women’s experience [...] precisely because so much of the previous attention [...] privileged men’s experience”. (ENLOE, 1998).

² O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) define o princípio de *gender mainstreaming* da seguinte forma: “Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programmes, in any area and at all levels. It is a strategy for making the concerns and experiences of **women as well as of men** an integral part of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres, so that **women and men** benefit equally, and inequality is not perpetuated. The ultimate goal of mainstreaming is to achieve gender equality”. (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS, 2005).

resolução dos conflitos, demandando a participação das mulheres na manutenção e na promoção da paz e da segurança.

Contudo, a análise dos documentos e das ações da ONU nas políticas de *gender mainstreaming* aponta para uma preocupação quase exclusiva com os padrões de violência sofridos pelas mulheres. Todavia, algumas evidências empíricas são capazes de indicar que homens e meninos também são vítimas de violências contra o gênero (*gender-based violence*), o que ficou evidente, por exemplo, no massacre de Srebrenica, em 1995 no qual as forças sérvias separaram deliberadamente os homens civis em idade de combate com o objetivo de aniquilá-los (JONES, 1994; CARPENTER, 2006a).

Nesse sentido, este artigo buscará responder as seguintes questões: Como as violências voltadas para gêneros específicos se manifestam durante os conflitos? E, em face disso, quais são as políticas de gênero que a ONU implementa em suas operações de paz? Ou seja, a organização aplica o termo de maneira neutra?

Destarte, a hipótese cuja correção se pretende verificar é a de que apesar da ONU ter presenciado os padrões de violência sofridos por homens e meninos em função do seu gênero durante a atuação da *United Nations Protection Force* (UNPROFOR) na Ex-Iugoslávia, a organização continuou a privilegiar o gênero em suas missões de paz como sinônimo de questões femininas.

Sem mitigar os tipos de violências enfrentados pelo gênero feminino, o presente artigo buscará comprovar a existência de um silenciamento em relação às violências contra o gênero levadas a cabo contra homens e meninos a partir de um olhar crítico acerca das atuais políticas de gênero implementadas pela ONU.

Nesse sentido, este trabalho será dividido em duas etapas. Primeiramente, analisaremos os diversos padrões de violências contra o gênero para verificar os diferentes impactos dessas construções durante os conflitos armados. Nessa primeira etapa, teremos como base o estudo de caso das violências contra o(s) gênero(s) perpetradas na ex-Iugoslávia, tendo como base os trabalhos críticos conduzidos por Adam Jones (1994; 2002; 2004), Charli Carpenter (2006a; 2006b) e Sandesh Sivakumaran (2005; 2007). Destacamos que esse tipo de violência contra homens e meninos não apareceu pela primeira vez no conflito da ex-Iugoslávia. Mesmo assim, utilizamos esse caso como ponto de partida, uma vez que nesse conflito tais violações, além de sistemáticas, se tornaram públicas e amplamente difundidas. Em um segundo momento, analisaremos se a ONU reconheceu a existência desses tipos de violência em suas operações posteriores por meio da verificação da

(in)adequação das políticas de gênero no caso da sua atual Missão no Congo, a MONUC (*Mission des Nations Unies en République Démocratique du Congo*)³.

Destacamos que a intenção da autora é apenas a análise das construções gênero nos conflitos em questão e das políticas de *gender mainstreaming* da ONU para esses casos. Sendo assim, a análise dos conflitos e a atuação em termos amplos da MONUC e da UNPROFOR não serão contemplados, já que não constituem objeto de análise.

Violências Contra o Gênero e o Silenciamento do Masculino

A literatura feminista defende a inserção do gênero na análise das Relações Internacionais com vistas a reduzir as desigualdades construídas a partir de hierarquias que silenciam a mulher e a experiência feminina na esfera pública (TICKNER, 1996). Trata-se de preocupação legítima, uma vez que as estruturas patriarcais que permearam a construção dos Estados tenderam a gerar espaços de insegurança e silenciamento para o gênero feminino.

Todavia, essa leitura trouxe conseqüências para a ação da ONU em suas operações de paz. É nesse sentido que Adam Jones destaca que “feminism is in some respects constrained by its normative commitments”, qual seja o comprometimento de trabalhar exclusivamente a partir e em resposta à situação das mulheres (JONES, 1994). Isso significa que a implementação pela ONU do conceito de *gender mainstreaming* deixa de fora o “*malestream*” (JONES, 2002), ou seja, as conseqüências que os conflitos acarretam para os homens.

Assim, a ONU ignora, em suas políticas de *gender mainstreaming*, a real dinâmica do conflito e o uso político que violências contra o gênero adquirem nesses contextos. Destarte, é possível perceber que essas políticas são implementadas como de maneira automática e não problematizada a qualquer situação, privilegiando a inserção da mulher e sem considerar os efeitos que esses conflitos acarretam de maneira específica para o gênero masculino e que são frutos das mesmas construções de gênero que acarretam a vitimização feminina.

³ Cabe destacar que em 1 de julho de 2010, as Nações Unidas realizaram uma mudança no nome de sua missão na República Democrática do Congo, de MONUC para MONUSCO (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo). Segundo o próprio Secretário-Geral da ONU, quando em visita ao país, a mudança de nome reflete uma nova fase da missão, em que as forças da ONU devem se concentrar em tarefas de estabilização da RDC. Como a análise do artigo aborda o período anterior à mudança de nome, decidimos manter a denominação original da missão. Disponível em: <http://monuc.unmissions.org/Default.aspx?ctl=Details&tabid=932&mid=1096&ItemID=94577> Acesso em 26 de agosto de 2010.

Tendo em vista que homens e mulheres sofrem diferentes tipos de violências associadas ao gênero passamos a partir de agora a identificá-los.

As violências associadas ao gênero são qualquer tipo de “violência cujos alvos são homens ou mulheres em função do seu sexo ou papéis de gênero socialmente construídos” (CARPENTER, 2006a). Dentre as violências perpetradas contra homens/ meninos, Charli Carpenter destaca o recrutamento forçado, massacres seletivos (“*sex-selective massacres*”) e a violência sexual. Em relação a esse tipo de violência, Sivakumaran realiza a seguinte tipologia: a) estupro; b) esterilização forçada; c) outras formas de violência sexual como: violência genital, nudez forçada e masturbação forçada (SIVAKUMARAN, 2007). Trataremos aqui mais especificamente dos massacres seletivos e das violências sexuais.

Os homens em idade de combate tendem a ser as maiores vítimas de massacres seletivos em função de uma identificação de sua imagem com combatentes em potencial, o que ficou evidenciado nos massacres da ex-Iugoslávia (JONES, 1994; CARPENTER 2006a). Nas palavras de Adam Jones: “The most serious atrocities committed against males primarily on gender grounds are gender-selective executions aimed at eliminating physical resistance to Serbian occupation [...]” (JONES, 1994). E completa: “mass graves discovered soon afterwards were filled ‘about 90 percent’ with ‘middle-aged or elderly Muslim men” (JONES, 1994).

Ainda assim, o conflito da Bósnia tende a sofrer uma leitura predominantemente feminista acerca da vitimização das mulheres⁴. De fato, estima-se que entre 20.000 a 50.000 mulheres tenham sido estupradas durante o conflito na Bósnia (STIGLMAYER, 1994) como uma estratégia de ‘limpeza étnica’. Desse modo, o estupro não apenas era utilizado como mecanismo de dispersão da população das áreas de interesse da Sérvia, mas também funcionava como meio para engravidar as mulheres da etnia rival. Com isso, os sérvios alcançavam um duplo objetivo: aumentar a população sérvia, já que consideravam que etnia é transmitida pelo sêmen masculino, e inibir o papel de reprodução⁵ do grupo bósnio, em função do trauma sofrido pela violência sexual (ALLEN, 1996).

⁴ Alguns exemplos de literatura feminista acerca do conflito na ex-Iugoslávia são: ENLOE, 1998; KORAC, 2006; REJALI, 1998 e STIGLMAYER, 1994.

⁵ O papel da violência sexual como inibidor da procriação afeta tanto a vítima feminina quanto a masculina. No caso das mulheres, o papel inibidor se coloca no fato de que essas vítimas serão marginalizadas no seio da própria sociedade, serão rejeitadas pelos parceiros ou sequer conseguirão se casar, por exemplo. No caso dos homens, além da marginalização social supracitada, a violência sexual incute na vítima temores em relação à sua possibilidade de ainda conseguir procriar e desempenhar seu papel “de homem”. Nesse sentido, ver SIVAKUMARAN, 2007.

Tendo em vista a extrema violência a que as mulheres foram submetidas, o que se busca não é minimizar essa questão, mas tão somente apontar o problema destacado por Adam Jones no sentido das consequências da limitação da narrativa do conflito a uma perspectiva feminista (JONES, 1994), o que impossibilita uma visão mais ampla das dinâmicas de gênero e leva a um silenciamento das violências sofridas por homens e meninos.

Para entender o porquê desse silenciamento, destacamos a tese de Charli Carpenter de que nos conflitos armados o gênero e o sexo são utilizados como variáveis *proxy* para aferir a qualidade de civil *versus* combatente. Nesse sentido, a proteção dos civis, tanto por parte dos perpetradores como por parte das Organizações Internacionais, tende a se basear em pressuposições automáticas de mulheres e crianças como civis inocentes e de homens entre 16 e 60 anos como combatentes. Nesse sentido, mulheres e crianças tendem a ser mais poupados pelos perpetradores que não os consideram como uma ameaça na configuração do conflito. Ademais, mulheres e crianças também tendem a ser alvo preferenciais da assistência gerada durante e após os conflitos. Trata-se, portanto, de uma aplicação enviesada dessas políticas, que não levam em consideração os reais papéis que homens e mulheres podem desempenhar no conflito (CARPENTER, 2006b). Afinal, tanto as mulheres podem atuar em conflitos assumindo papéis de agressor como ficou evidente em Ruanda, ou como tem se mostrado freqüente em relação ao fenômeno das meninas-soldados e das mulheres-bomba, assim como os homens também formam parcela da população civil (CARPENTER, 2006b).

No caso da ex-Iugoslávia, os homens eram alvos preferenciais dos massacres em função do objetivo de eliminação de resistência física à ocupação da Sérvia nos territórios de seu interesse (JONES, 1994), o que se deve justamente ao papel de gênero socialmente construído de que homens são fortes e lutadores, enquanto mulheres são frágeis e domináveis. Tal imagem se refletia na separação deliberada que tropas sérvias realizavam entre homens e mulheres, conduzindo os homens para execuções sumárias, torturas, encarceramento, etc. (JONES, 1994, CARPPENTER 2006b). Alguns relatos demonstram que os homens formavam a maioria das populações em campos de encarceramento (aproximadamente 95%) (GENDERCIDE WATCH), enquanto as mulheres poderiam se tornar refugiadas, o que se reflete no fato de que a maior parte dos refugiados era formada por mulheres (JONES, 1994).

Esse padrão ficou claro também no genocídio de Ruanda onde homens e meninos tentavam se disfarçar de mulher para escapar dos massacres e os membros da *Interahamwe* retiravam as fraldas dos bebês para identificar os que eram do sexo masculino com o objetivo de aniquilá-los. (JONES, 2004; CARPENTER, 2006a).

Os peacekeepers da UNPROFOR presenciaram esse padrão de violência no massacre de bósnios muçulmanos pelo exército sérvio e por forças paramilitares em Srebrenica, declarada em 1993 como ‘safe area’⁶ pela Resolução 819. Ainda em 1993, quando Srebrenica estava ameaçada por uma invasão sérvia, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) já havia evacuado 9.000 pessoas, em sua maioria mulheres, crianças, idosos e feridos, apesar de haver o conhecimento de que, se a invasão ocorresse, os principais alvos seriam os homens e os meninos em idade de combate (CARPENTER, 2006b).

Em julho de 1995, os sérvios conseguiram tomar Srebrenica e separaram, na presença do batalhão holandês da UNPROFOR, mulheres e crianças, possibilitando que saíssem vivos, e detiveram homens e meninos acima de 12 anos, que foram torturados e executados (CARPENTER 2006a; JONES, 2001). Estima-se que 350 homens tenham sido executados em uma escola de Bratunac. Já em um campo de futebol em Nova Kasaba, os *peacekeepers* holandeses encontraram no dia seguinte entre 500 a 700 corpos (JONES, 2001). Aproximadamente 8000 homens e meninos foram executados durante os massacres (CARPENTER, 2006b), ou seja, 38% de todos os desaparecidos da guerra são representados pelos homens de Srebrenica (GENDERCIDE WATCH). Estima-se ainda que dos desaparecidos durante o conflito na Bósnia 92% sejam homens e que 80% das vítimas sejam homens em idade de combate (GENDERCIDE WATCH).

A evacuação de civis da área realizada pelo ACNUR restringiu-se às mulheres, crianças e idosos por uma limitação imposta pelos próprios sérvios que temiam que os homens em idade de combate pudessem se tornar parte de movimentos de resistência aos sérvios (JONES, 2001). Nas palavras de Charli Carpenter:

the BSA [Bosnian Serb Army] leadership was responding both to an internalized gender sub-norm by which civilian status was defined according to sex and age [...]. According to this logic, women and children were seen as non-threatening [...]
(CARPENTER, 2006b).

Em relação à postura da ONU, a autora afirma que os funcionários da organização “expressed a sense that their mandate did not include advocacy

⁶ Durante o conflito na ex-Iugoslávia, o Conselho de Segurança determinou a criação de ‘safe areas’ em Srebrenica (Resolução 819 de 1993), assim como em Sarajevo, Gorazde, Zepa, Tuzla e Bihac (Resolução 824 de 1993) nas quais os civis deveriam estar protegidos de ataques pela proteção da UNPROFOR. (BELLAMY *et al.*, 2004).

for adult male to the same extent as for the women and the children” e completa:

Simply put, excluding men was not considered a form of gender discrimination or a violation of humanitarian rules regarding the distribution of assistance. Although the Geneva Convention prohibit ‘adversely distinguishing’ between civilians on the basis of sex when implementing humanitarian law, this concept is understood only to apply to discrimination against women (CARPENTER, 2006b).

Além dos massacres, a mesma tendência ao silêncio masculino se repete na questão da violência sexual. Nesse quesito também existe a presunção de que as mulheres são as maiores vítimas (CARPENTER, 2006a ; JONES, 1994), fator ressaltado pelo maior número de denúncias sexuais reportado por mulheres. Todavia, é preciso notar que os homens também são vítimas de violações sexuais tais como estupro⁷, mutilação sexual, violência genital, nudez forçada e masturbação forçada.⁸

De acordo com Sivakumaran, os abusos sexuais contra homens geralmente não são denunciados em função de uma combinação de medo, vergonha, estigma e culpa (SIVAKUMARAN, 2007). O autor detecta ainda que os homens não são incentivados a falar sobre a sua vitimização devido a uma visão de que o ataque sofrido é incompatível com a sua masculinidade (SIVAKUMARAN, 2007). Ademais, há o estigma de que o homem que sofre a violência sexual pode ser visto como homossexual e, portanto, fraco e feminino. Inclusive, o estupro de homens tem justamente o objetivo de feminizar a vítima, colocando-a em uma posição despida de sua masculinidade (SIVAKUMARAN, 2005). Tal situação faz com que muitos homens prefiram não denunciar e até mesmo negar o abuso sofrido (SIVAKUMARAN, 2005).

Na ex-Iugoslávia, os homens também foram vítimas de violências sexuais. Carpenter evidencia casos na Bósnia em que os prisioneiros eram forçados a manter relações sexuais com outros prisioneiros ou guardas. Cita

⁷ Além do estupro direto, há também o estupro forçado contra membros da família e o uso do estupro como instrumento indireto de tortura quando homens são forçados a assistir o estupro de suas esposas ou filhas. Conforme destacado por Carpenter, esses atos também se originam da manipulação de papéis de gênero como instrumento de guerra (CARPENTER, 2006a). Em função disso, esse tipo de *gender-based violence* também deveria merecer a atenção das políticas de *gender mainstreaming*.

⁸ Outras violências sexuais não incluídas no rol acima incluem escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada e esterilização forçada. Algumas delas só podem ser cometidas contra mulheres, enquanto outras podem ser sofridas por ambos os sexos. (SIVAKUMARAN, 2007).

ainda casos em que prisioneiros eram colocados nus em fila para observarem mulheres sérvias se despindo e, caso algum deles tivesse ereção, sofreria castração ou choque elétrico em seu órgão genital (CARPENTER, 2006a). Destacam-se ainda o caso *Stakic* no qual detentos eram obrigados a praticar felação uns nos outros na frente de outras pessoas e o caso *Cesik* em que dois irmãos muçulmanos foram obrigados a realizar a mesma prática (SIVAKUMARAN, 2007).

Outra violência bastante comum era a esterilização forçada como a castração e a mutilação, frequentemente utilizadas para humilhar e feminizar os prisioneiros (CARPENTER, 2006a). Sivakumaran cita casos da ex-Iugoslávia da castração realizada diretamente por guardas ou indiretamente, como no relato em que se amarrava “one end of a wire to the testicles and the other to a motorcycle, then using the motorcycle to yank off the testicles” (SIVAKUMARAN, 2007).

É importante notar que esses crimes sexuais praticados contra homens não foram processados como estupro ou violência sexual, mas como tortura ou tratamento degradante (CARPENTER, 2006a), corroborando a alegação de Sivakumaran de que a violência sexual contra homens frequentemente aparece encoberta sob outros rótulos (SIVAKUMARAN, 2007). Nesse sentido, Jones & Sivakumaran (2007) apontam como a linguagem serve para reforçar a visão de que os homens não podem ser vítimas de violações sexuais, silenciando o homem como vítima desse tipo de violência⁹.

Outro ponto que deve ser destacado é que a violência sexual contra homens ocorre em função das mesmas construções de gênero que afetam as mulheres (CARPENTER, 2006a; SIVAKUMARAN, 2007). Ou seja, a violência sexual também é usada para reforçar a dominação do perpetrador e incutir na vítima e na sociedade da qual ela faz parte um sentimento de fragilidade e humilhação (SIVAKUMARAN, 2007). Desse modo, o homem que sofreu a violência sente-se despido de sua masculinidade perante a si mesmo, ao perpetrador e à sua sociedade. Já no nível comunitário, a violência sexual é uma forma de comunicar a seus membros o poder do perpetrador, de espalhar o medo e a sensação de vulnerabilidade (SIVAKUMARAN, 2007).

Tendo em vista que a ONU presenciou por meio da UNPROFOR e da ACNUR as atrocidades e o padrão de vitimização masculino durante o

⁹ Esse silenciamento ocorre tanto por parte da vítima, em função de estigmas sociais como por parte da investigação e da preparação pela Sociedade Internacional por meio das Organizações Internacionais que atuam no conflito em função de um despreparo generalizado dos funcionários internacionais que lidam com a população, conforme destacam Sivakumaran e Jones. Nesse sentido, ver JONES & SIVAKUMARAN, 2007.

conflito da ex-Iugoslávia, o que ficou evidenciado também pelos julgamentos desses crimes pelo *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia* (ICTY), seria esperado que a organização passasse a ter uma postura mais neutra em relação a suas políticas de gênero.

As Políticas de Gênero da ONU no Congo

Conforme dito anteriormente, analisaremos a seguir se a ONU incorporou ou não o aprendizado acerca dos diferentes tipos de violência contra o gênero em suas operações posteriores por meio da verificação da (in)adequação das suas políticas no caso da Operação do Congo (MONUC).

Gender Mainstreaming?

É interessante notar que mesmo após os crescentes indícios de que o gênero masculino também é afetado por violências específicas baseadas nas construções sociais de gênero, a ONU continua a adotar uma política de *gender mainstreaming* que, ao contrário de sua definição, é totalmente voltada para o combate da violência contra as mulheres e a inserção das mesmas na sociedade.

Tal privilégio é evidenciado, por exemplo, pelo documento *Gender and Peacekeeping Operations* no qual o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) contextualiza da seguinte forma a inserção do gênero nas operações de paz:

[...] the priorities of the international community shifted towards **assisting women** affected by conflict situations and integrating a gender perspective into policies and institutional mechanisms for building peace. These previously neglected issues gained greater urgency following reports of massive crimes against women during the conflicts in Rwanda and the former Yugoslavia [...] (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS, 2005).

Em relação ao papel dos *Gender Advisers*, o mesmo documento destaca as suas funções com as seguintes palavras: “incorporating **the rights of women**...” e “responding to the special needs of **women** in the host country” (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS, 2005).

Ou seja, é possível perceber, uma preocupação exclusiva com a violência contra a mulher que, inclusive, condiciona a narrativa dos conflitos da ex-Iugoslávia e Ruanda. Desse modo, as atrocidades contra homens e meninos que a ONU presenciou e posteriormente apurou em ambas as ocasiões sequer

são citadas como uma preocupação para o que a organização chama de *gender mainstreaming*.

O mesmo padrão é encontrado na recente Resolução 1820 (2008) em que o Conselho de Segurança reconhece o estupro como uma arma de guerra. O documento em momento algum reconhece a violência sexual contra homens e meninas e continua afirmando a presunção de que “women and girls are particularly targeted by the use of sexual violence[...]”. Abaixo destacamos alguns trechos que ilustram o viés da Resolução 1820 (2008), todos com grifo da autora:

- [...] to take into account past actions of rape and other forms of sexual violence, and evacuation of **women and children** under imminent threat of sexual violence to safety.

- to take [...] measures against parties to situations of armed conflicts who commit rape and other forms of sexual violence **against women and girls...**

- to [...] prevent sexual violence **against women and girls...**

- Also requests [...] strategies to minimize the susceptibility of **women and girls** to such violence [...] taking appropriate measures to protect **women and girls** from all forms of sexual violence.

È interessante notar que o próprio Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, reafirmava a preocupação do documento apenas no tocante à questão feminina, referindo-se ao estupro como “[a] silent war against women and girls” (BBC NEWS, 2008).

Ou seja, de acordo com a breve exposição acima, é possível perceber que a organização continuou aplicando tendenciosamente suas políticas de gênero a favor das mulheres de modo a negligenciar completamente a vitimização masculina como uma preocupação a ser considerada em suas operações de paz.

O objetivo a partir de agora será verificar se o mesmo padrão de atuação se confirma no caso da MONUC. Para isso, a seção seguinte será dividida em três partes: a teoria, o problema e a prática. Assim, em um primeiro momento analisaremos os objetivos e as linhas de atuação da Seção de Gênero da MONUC (*Office of Gender Affairs - MONUC*) na teoria. Em seguida, verificaremos os padrões violência contra o gênero que ocorrem no Congo para, ao final, mostrarmos a prática de atuação da ONU em relação a esses problemas.

A teoria: As políticas de gênero na MONUC

A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi estabelecida pela Resolução 1291 (2000) para atuar no processo de paz, na proteção dos civis e na implementação da segurança em sua área de atuação.¹⁰ Conforme estabelecido pela Resolução 1325 (2000), a missão possui desde 2002 a sua Seção de Gênero que atua para a inclusão e a proteção do gênero feminino na construção do processo de paz. Essa tarefa é realizada dois planos: internamente, ou seja, dentro da atuação e dos projetos desenvolvidos pela própria MONUC e externamente, incentivando políticas nesse sentido ao longo do processo da reconstrução do Congo, nas instâncias do governo e da sociedade civil (OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, 2003a).

Como objetivos da Seção de Gênero da MONUC podemos listar: aumentar a participação das mulheres no processo de paz como um todo; estabelecer relações com grupos de mulheres na sociedade civil para tornar a participação feminina mais difundida; realizar campanhas de violência contra a mulher; atuar por meio da mídia para promover conscientização sobre questões de gênero; atuar contra a exploração e o abuso sexual, etc. (OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, 2003b).

Além disso, outros objetivos da Seção dizem respeito à atuação nas questões de desarmamento “em conflitos em que as mulheres desempenham um papel ativo” (OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, 2003); de desmobilização, considerando que “demobilization camps should be responsive to **needs of women and girls** such as protection from sexual violence and abuse...” e repatriação e reintegração para assegurar que as vozes das mulheres sejam levadas em consideração nesses processos (OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, 2003). Destarte, com exceção do último ponto no qual mulheres e crianças são apontadas segundo uma perspectiva inclusiva, ou seja, ao lado de outras vozes que também serão incorporadas, nos demais pontos, as mulheres e crianças são abordados de maneira exclusivista, ou seja, que considera apenas as necessidades desses grupos.

Esse padrão de atuação parece confirmado pelas palavras de Jean-Marie Guéhenno na época em que ocupava o cargo de *Under-Secretary-General* para Operações de Paz:

¹⁰ De acordo com o site oficial da missão, o mandato da MONUC pode ser dividido em quatro fases: 1) implementar o acordo de cessar-fogo; 2) monitorar e reportar as violações por meio dos mecanismos apropriados; 3) atuar no processo de desarmamento, desmobilização, repatriação, reassentamento e reintegração e 4) organizar eleições. (UNITED NATIONS, 2000).

In the past, adult male combatants were the focus of our attention. They were the ones registered and given a package of benefits to help them return to civilian life [...]. [T]his meant that women who were either ex-combatants, or working in support roles – such as cooks, wives, or even girls abducted and forced to work as sexual slaves – were being left out of the picture. Now our help is also directed towards these women and girls [...] (UNITED NATIONS NEWS CENTER, 2003).

Ou seja, segundo o trecho acima é possível identificar a presença dos seguintes atores contemplados pelo *gender mainstreaming* da ONU: homens combatentes, mulheres combatentes ou em papel de apoio aos combatentes e mulheres e crianças civis, que passaram a ser contemplados a partir da Resolução 1325. Não há qualquer referência à contemplação das necessidades ou vulnerabilidades dos homens civis que se tornam, dessa forma, os sujeitos ausentes das políticas de gênero da ONU.

O Problema: as Violências Contra o Gênero no Congo

De acordo com relatórios fornecidos pela *Human Rights Watch*, USAID, *Médecins sans Frontières* e Anistia Internacional, o estupro e a violência sexual têm sido estrategicamente usados no Congo como arma de guerra com vistas a atacar, aterrorizar e humilhar a população (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004). Nesse sentido, a violência sexual é utilizada sistematicamente contra pessoas suspeitas de apoiar grupos inimigos, contra membros de etnias rivais ou simplesmente para a imposição de poder de um grupo sobre os demais. Funciona ainda como tática para assegurar o controle de um território rico em recursos, já que um de seus efeitos é acarretar a dispersão da população das áreas afetadas. Além dessas questões, outros motivos de estupro são vingança (PRATT & WERCHICK, 2004) ou superstição e fetichismo, visto que alguns grupos acreditam que manter relações sexuais com menores lhes garante imunidade ou cura da AIDS ou pode torná-los mais fortalecidos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004; PRATT & WERCHICK, 2004).

Os efeitos para as vítimas são físicos, psicológicos e sociais. As mulheres vítimas de estupro sofrem preconceitos, são rejeitadas pelo restante da comunidade e abandonadas por seus maridos ou tornam-se impossibilitadas de casar. Os homens, por sua vez, também são discriminados e passam a enfrentar dificuldades para se inserir socialmente, conforme será destacado mais adiante.

Os relatórios supracitados calculam que 42.000 pessoas tenham sido vítimas de violações sexuais no período aproximado de 2000-2004 (a estimativa do relatório do *Human Rights Watch* é que em 2004 eram estupradas por dia de 8 a 10 pessoas - HUMAN RIGHTS WATCH, 2005), já a ONU divulgou recentemente a estimativa de que 200.000 mulheres e meninas sofreram violências sexuais no Congo nos últimos 12 anos (UNITED NATIONS NEWS CENTER, 2008). De qualquer forma, todos os relatórios concordam que os números são imprecisos, pois há tanto uma dificuldade das vítimas de buscar assistência, em função da distância de hospitais ou agências humanitárias, como também um receio de realizar a denúncia, seja pelo medo de retaliação ou pelo estigma que afeta as mulheres e homens vítimas desses crimes.

Dentre as violências sexuais perpetradas no caso do conflito do Congo podem ser destacados casos de “individual rapes, sexual abuse, gang rapes, mutilation of genitalia, and rape-shooting or rape-stabbing combinations, at times undertaken after family members have been tied up and forced to watch” (PRATT & WERCHICK, 2004). Tais padrões de violência são tão sistemáticos e recorrentes que recentemente foi criado o termo *reviolé* ou *re-raped* para se referir a pessoas que foram estupradas mais de uma vez (NOLEN, 2008). A idade das vítimas dessas violências varia entre quatro meses a 84 anos, segundo o relatório da USAID (PRATT e WERCHICK, 2004).

Vale destacar que todos os grupos armados do Congo estão envolvidos na perpetração das violências contra o gênero, tanto as milícias quanto as forças armadas do Estado congolês, de Ruanda, Burundi e Uganda¹¹. Cada um dos quais possui um padrão específico para estuprar e deixar a sua marca na vítima e, conseqüentemente, seu recado para a sociedade. Alguns estupram com armas, outros estupram em grupos, alguns preferem estuprar meninas ou forçar filhos estuprarem mães, por exemplo (NOLEN, 2008).

Embora as mulheres componham o maior número de vítimas desse tipo de violência, todos os relatórios reconhecem a existência de estupro e violações sexuais também contra homens. De acordo com Michael Peel, mais de 20% dos homens do Congo denunciaram terem sido vítimas de estupro (PEEL, 2004). O relatório da Anistia Internacional também afirma que: “A hitherto aspect of sexual violence is the large number of men who are also

¹¹ De acordo com o relatório da Human Rights Watch, há indícios da participação dos seguintes grupos: Congolese Rally for Democracy- Goma (RCD- Goma); Congolese Rally for Democracy- Kinsangani - Liberation Movement (RCD-ML); Movement for Liberation of Congo (MLC); Union of Congolese Peoples (UPC); Front for National Integration (FNI); o antigo exército congolês e o atual exército também estão envolvidos em acusações de violações sexuais, além do Interahamwe, dos Mai Mai e etc. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005).

victims [...] Some men have been subjected to rape in the presence of their wives or children” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004). No mesmo sentido, declara o relatório da Human Rights Watch:

Men and boys in increasing numbers are also reporting having been raped and otherwise sexually assaulted by combatants; however there are no figures available [...] [F]ew [male] victims give detailed statements about attacks they have suffered (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005).

Nesse sentido, a escassez de relatos acerca de violações sexuais contra o gênero masculino não significa inexistência ou menor gravidade. É necessário notar, conforme aponta Sivakumaran, que esse gênero raramente denuncia os abusos em função de constrangimentos sociais, enquanto as mulheres são incentivadas a denunciar graças à atuação das agências humanitárias ou são obrigadas a buscar ajuda em função das marcas físicas como sangramentos e incontinência urinária, o que acaba revelando a violência que sofreram (SIVAKUMARAN, 2005).

A ausência de denúncia por parte dos homens é comum em todas as sociedades, mas especialmente em sociedades como a congoleza em que o estupro é colocado como uma lesão à honra tão fundamental contra a virilidade do estuprado que é capaz de desabilitar socialmente suas vítimas, o que leva esses homens a esconderem essas violações sempre que possível. Tal situação se agrava com o não-incentivo à denúncia tanto por parte da sociedade congoleza quanto por parte dos órgãos internacionais que ao se focarem na prestação de ajuda às vítimas femininas, reforçam o silenciamento das vítimas masculinas e o obstáculo social que as impede de reportar esses crimes.

Outro padrão de violência especificamente voltado para o gênero detectado no conflito do Congo é o massacre seletivo de homens. Nesse sentido, os relatórios supracitados indicam tal padrão ao apontarem que os grupos armados, ao atacar as vilas congolezas, muitas vezes preferem matar os homens e estuprar mulheres e meninas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004; MCGREAL, 2006), assim como ocorria na ex-Iugoslávia.

Outro indicador desses massacres seletivos pode ser aferido a partir das estatísticas de refugiados divulgadas pela própria ONU. A seção de gênero da MONUC alega que 75% dos refugiados e pessoas internamente deslocadas são mulheres e crianças (UNITED NATIONS MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO, 2006). De fato, o grande número de mulheres e crianças afetadas pelo conflito demanda alguma ação que leve em conta as suas necessidades particulares, mas a questão é muito mais grave e não se restringe a isso. Ou seja, o fato de mulheres e crianças

representarem 75% dos refugiados/ internamente deslocados aponta, conforme já demonstrava Adam Jones no caso da ex-Iugoslávia, para um padrão de massacre dos homens que, em função disso, se tornam o gênero faltante nessa massa de refugiados.

Destarte, tendo em vista o supramencionado, a ONU se depara com os seguintes padrões de violência contra o gênero no Congo: os massacres contra homens, evidenciados pelos relatos das mulheres que denunciam seus estupros e revelam o fato dos homens de sua família terem sido mortos. Essa questão se evidencia ainda na quantidade desproporcional de mulheres e meninas que compõem as massas de refugiados e pessoas internamente deslocadas, o que comprova que os homens não conseguem ter a oportunidade de se deslocar, pois são freqüentemente assassinados (JONES, 1994). E, por fim, os estupros e outras violências sexuais contra mulheres e homens. Tendo isso em vista, será avaliado como a ONU, a MONUC e sua Seção de Gênero lidam com essas questões dentro das políticas de gênero mencionadas nas seções 3.1 e 3.2 deste trabalho.

A Aplicação das Políticas de Gênero Frente às Violências Encontradas no Congo.

As políticas de *gender mainstreaming* são implementadas no Congo tanto pela ONU e suas agências, quanto pela MONUC e sua Seção de Gênero. Esses organismos atuam promovendo reuniões, palestras e *workshops* com a população civil local e também com policiais.

No relatório de atividades da Seção de Gênero da MONUC relativo ao ano de 2002, há relatos sobre encontros com grupos de mulheres e ONGs que lidam com a questão da mulher no Congo como a DYNAFEP (*Dynamique des femmes politiques au Congo Démocratique*) e a RAF (*Résau Action Femmes*) em conjunto com a qual foi lançada uma campanha para eliminar a violência contra a mulher que durou até 10/12/2002 (OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, 2003a). Houve ainda trabalhos junto a redes de televisão e rádio, principalmente com a Rádio OKAPI, com o objetivo de difundir "messages of peace and discussions on the impact of armed conflict **on women and girls in the DRC**" (OFFICE OF GENDER AFFAIRS- MONUC, 2003a).

Um ponto a ser destacado nesse relatório é a alegação de que na região de Ituri 80% das pessoas internamente deslocadas são **viúvas e crianças** (OFFICE OF GENDER AFFAIRS- MONUC, 2003a). Esses dados são capazes de corroborar a hipótese da existência de um padrão de massacre dos homens em função do seu gênero, enquanto as viúvas e as crianças, presumidamente inofensivos, conseguem se deslocar após os ataques. Apesar desse padrão

desproporcional da presença de um único gênero nas massas de deslocados, o relatório em momento algum problematiza a questão.

Ressaltam-se ainda as temáticas de um conjunto de seminários e *workshops* organizados junto a universidades e instituições acadêmicas. São eles: “sexual violence **against women and minors**; **women’s** political participation; ...**women** education and health; **women** as perpetrators and victims...” (OFFICE OF GENDER AFFAIRS- MONUC, 2003a).

Conforme já havia sido destacado, o relatório supracitado contém as atividades do ano de 2002, ou seja, do primeiro ano de funcionamento da Seção de Gênero na MONUC. Tendo isso em vista, necessário se faz avaliar as atividades desenvolvidas posteriormente para verificar se houve alguma modificação desde o início dos trabalhos desse órgão. Como o único relatório disponível é o que versa sobre as atividades de 2002, decidimos avaliar a questão por meio de reportagens oficiais da ONU do ano de 2008 (divulgadas tanto *pelo UN News Centre* quanto *pelo website* da MONUC) a partir das quais é possível avaliar como as atividades relacionadas às políticas de gênero estão sendo desenvolvidas atualmente.

Em 01 de abril de 2008, o site oficial da MONUC anunciou a realização de mais um *workshop* para a divulgação de uma nova lei congoleza contra a violência sexual (KOUMBO, 2008). Destacamos que a reportagem, ilustrada pelo foto de um grupo de mulheres, não menciona em momento algum a questão da vitimização masculina e relata a participação apenas de mulheres discutindo a violência sexual como um problema exclusivamente feminino, já que esse é o modo como a ONU e a sociedade congoleza insistem em tratar a questão.

Em 16 de junho de 2008, a MONUC anunciou a realização de uma consulta regional por meio de uma conferência internacional para a Região dos Grandes Lagos, organizada conjuntamente pelo *United Nations Development Fund for Women*, pelo *United Nations Population Fund*, pelo *UN Office of the High Commissioner on Human Rights* e pela MONUC. O objetivo da conferência era acelerar a implementação de respostas urgentes ao problema da violência sexual “along with measures required to ensure the prevention, protection and access to care and justice for **women and children**” (UNITED NATIONS MISSION IN THE DRC, 2008a).

Dentre os objetivos dessas medidas está destacado: “community sensitisation for the reintegration of **women and girls rape victims**, including approaches to change attitudes and behaviour of young people and men” (UNITED NATIONS MISSION IN THE DRC, 2008a). A notícia prossegue destacando a importância de um pacto realizado durante a conferência que tem como um dos objetivos: “(the) suppression and the elimination of sexual

violence **against women and children** in the Great Lakes Region” em um esforço para tornar a região uma zona mais segura, “**em particular para mulheres e crianças**”¹² (UNITED NATIONS MISSION IN THE DRC, 2008a).

Ou seja, mais uma vez só o gênero feminino é destacado como vitimizado e a inclusão do masculino nessas narrativas enfatiza apenas o seu papel de agente da violência e da difusão do preconceito e não como possível vítima dessas mesmas violências.

Em 12 de setembro de 2008, o *UN News Centre* divulga um evento organizado pela ONU no Congo no qual mulheres vítimas de abuso sexual compartilharam suas experiências. A reportagem atualiza os dados dos relatórios supracitados e revela que em 12 anos de conflito aproximadamente 200.000 **mulheres e meninas** sofreram violências sexuais (UNITED NATIONS NEWS CENTRE, 2008a). Mais uma vez, há a visão das mulheres como únicas vítimas e dados que condizem apenas com o padrão de vitimização feminino, excluindo qualquer divulgação de dados específicos e preocupação acerca das violências sexuais contra homens e meninos.

Por fim, em 15 de outubro de 2008, o *website* oficial da MONUC publicou uma breve reportagem expressando a preocupação da MONUC e do Conselho de Segurança com a população vulnerável de Kivu-Norte¹³, onde as lutas entre as Forças Armadas do Congo e o *National Congress for People's Defense* levaram a população a buscar abrigo perto da base da MONUC no local. A reportagem destaca que a proteção da população vulnerável é o objetivo principal da MONUC e que em função disso “MONUC peacekeepers are sharing their food rations with **women and children from some 400 families**” (UNITED NATIONS MISSION IN THE DRC, 2008b). Ademais, há o destaque para um plano de desengajamento proposto pela MONUC para pôr fim ao conflito armado e reduzir a violência “**contra mulheres e crianças**” (UNITED NATIONS MISSION IN THE DRC, 2008b). Ou seja, o que se percebe, é pertinência da questão da questão levantada por Carpenter e Jones acerca da existência de uma presunção de vulnerabilidade de mulheres e crianças e a exclusão de homens civis como população vulnerável que necessita de ajuda e proteção (JONES, 1994; CARPENTER 2006a; CARPENTER, 2006b). Esse fator se concretiza em políticas enviesadas de *gender mainstreaming*, baseadas em construções pré-formuladas do homem combatente *versus* mulheres e crianças civis desprotegidos, o que desconsidera a real dinâmica do gênero no conflito.

¹² Tradução da autora.

¹³ Kivu-Norte é uma província localizada na região leste do Congo.

Em suma, é possível verificar que as políticas de *gender mainstreaming* da ONU realizam um trabalho crucial para tornar a mulher um agente do processo de paz, fazendo com que seus problemas e necessidades sejam considerados e discutidos. Esse trabalho é crucial, em especial em sociedades como a congolosa onde as mulheres são oprimidas e excluídas das possibilidades de trabalho e de educação¹⁴.

Todavia, as políticas de *gender mainstreaming* exercidas pela ONU como um todo se comparadas com a realidade do conflito no Congo são, no mínimo, míopes. O excesso de foco na mulher permite que homens e meninos continuem a ser massacrados e violentados. Isso se deve ao fato de que esses sujeitos estão ausentes das discussões e das políticas de gênero, que apenas enxergam o homem combatente, a mulher combatente, a mulher que acompanha o combatente, as mulheres civis e as crianças inocentes. Nesse sentido, o homem civil, aquele que não pega em armas e não participa como ator do conflito, mas sofre diretamente as suas conseqüências, torna-se inexistente e, portanto, fora do escopo de políticas de proteção e reinserção.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo verificar as diferentes manifestações da violência contra o gênero nos conflitos armados para contrastá-las com a aplicação das políticas de *gender mainstreaming* que a ONU implementa em suas operações de paz, analisando se essas políticas são aplicadas de maneira neutra, ou seja, levando em consideração as diferentes formas em que cada gênero é afetado.

Com esse objetivo em mente, analisamos, primeiramente, os padrões de violência sofridos por homens e meninos na ex-Iugoslávia. Evidenciamos que a ONU, por meio da UNPROFOR e de agências como a ACNUR, presenciou diretamente a perpetração de todos esses crimes e, mais tarde, pôde constatá-los com mais precisão por meio dos trabalhos realizados pelo ICTY.

Nesse sentido, o aprendizado proporcionado pela ex-Iugoslávia deveria ter sido incorporado pela instituição em suas missões futuras de modo a considerar o gênero e as suas dinâmicas em todas as dimensões e não apenas como um privilégio à proteção da mulher de maneira não problematizada, ou seja, sem considerar outros aspectos e outros sujeitos igualmente vulneráveis.

¹⁴O relatório do HRW comprova esses níveis de desigualdade no Congo: o nível de analfabetismo é de 46% entre as mulheres comparado com 17.5% entre os homens. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005).

Todavia, destacamos em seguida como a atuação corrente da ONU no Congo continua a implementar as políticas de gênero como sinônimo de proteção e fortalecimento do papel da mulher e a ignorar as violências contra os homens e meninos, tanto no caso dos massacres seletivos como no caso da violência sexual. Para a verificação dessas questões analisamos documentos da organização como a Resolução 1820 que, mesmo não sendo voltada para o Congo especificamente, demonstra como a ONU percebe o estupro e a violência sexual como um fenômeno do masculino-perpetrador *versus* feminino-vítima, sem qualquer menção ao fato de que homens e meninos também sofrem esse tipo de violência. Ademais, analisamos o mandato da seção de gênero da MONUC e seu relatório de atuação do ano de 2002, além de reportagens oficiais recentes que indicam o padrão de atuação das políticas de gênero aplicadas tanto pela Seção de Gênero como por outros órgãos da MONUC e da ONU em geral.

Por meio da análise dessas fontes foi possível perceber como o gênero masculino continua silenciado e como a ONU utiliza a referência a ambos os gêneros em sua política de *gender mainstreaming* de maneira meramente retórica, conforme já destacavam Jones e Carpenter (JONES, 1994; CARPENTER, 2006a). Destarte, comprovamos a hipótese de que, apesar da ONU ter presenciado os padrões de violência sofridos por homens e meninos na ex-Iugoslávia, a organização continuou a ignorar a existência desses sujeitos e das violências voltados contra o gênero masculino em Operações de Paz posteriores.

Vale dizer que este artigo não busca de forma alguma desconsiderar ou tornar menos relevante os tipos de violências enfrentados por mulheres e meninas. É necessário destacar que a inserção da mulher como agente, o reconhecimento do seu silenciamento e das violências perpetradas contra elas constituem em um avanço crucial para a superação das construções de gênero que legitimam a posição feminina em um *status* inferior de cidadania. Trata-se de questão que deve continuar a receber esforços da organização no sentido da construção de sociedades nas quais as mulheres possam se inserir de maneira igualitária e sem sofrerem violências e opressões, fazendo suas necessidades serem ouvidas e incorporadas.

Todavia, o problema que se coloca é a visão de que a perspectiva feminista é a única a ser endereçada pelas políticas de gênero, o que se constitui em um discurso totalizante que silencia outros tipos de violência que demandam algum tipo de ação e que são baseados nos mesmos tipos de construção de gênero que servem para vitimizar a mulher. Desse modo, a violência contra homens civis, igualmente vulneráveis a mulheres civis, acaba sendo negligenciada.

Em função dessa leitura exclusivamente feminista, perspectivas que deveriam se complementar na atuação das políticas de gênero acabam sendo tratadas como leituras excludentes. Assim, ainda quando se percebe que os homens compõem a maior porcentagem de mortos nos conflitos e que eles também são vítimas de violência sexual, surge por parte do discurso feminista a defesa de que as mulheres continuam sendo as maiores vítimas, já que compõem o maior número registrado dessas violências sexuais e ademais, permanecem vivas para sofrer as conseqüências do conflito. Desse modo, emerge uma espécie de disputa pela maior vitimização que tira o foco da questão central das construções e das políticas de gênero.

Nesse sentido, é necessário destacar que o problema a ser enfrentado não deve ser pautado pela discussão de qual gênero que é o mais afetado, mas sim perceber que durante o conflito as construções de gênero se manifestam e afetam tanto homens quanto mulheres de acordo com diferentes padrões de violência. Uma vez reconhecida essa questão, a análise do conflito deve levar em consideração essas diferentes dinâmicas e as políticas de gênero devem lidar com seus diferentes aspectos para prevenir e punir as violências contra o gênero, sem negligenciar um lado em detrimento do outro em função de uma presunção de maior vulnerabilidade da mulher.

Tal presunção está implícita na atuação da ONU e é importante ressaltar que essa presunção está baseada nas mesmas construções de gênero que colocam a mulher como um ser frágil e dependente. Assim sendo, a própria construção de gênero que a ONU busca combater acaba tendo efeitos nocivos não apenas para os homens, mas para as próprias mulheres, visto que a organização, ao atuar exclusivamente segundo uma visão da mulher como mais vulnerável, reforça a mesma presunção que busca afetar com suas políticas (CHARLESWORTH, 2005).

Nesse sentido, o presente artigo corrobora a visão de Sivakumaran de que mesmo que números da violência sexual sejam menores no caso dos homens, não devemos deixar de estudar o problema porque ambas as situações dizem respeito à dimensão do gênero em conflitos armados, ou seja, envolvem construções semelhantes de masculinidade e feminilidade e que afetam os dois lados (SIVAKUMARAN, 2007). Ademais, é igualmente fundamental que a organização passe a problematizar o número desproporcional de mulheres e homens presentes nas massas de refugiados e internamente deslocados, já que tal situação indica o massacre de homens civis tal como ocorreu na ex-Iugoslávia. Destarte, as violências contra homens e mulheres possuem as mesmas raízes e devem ser combatidas em caráter complementar e não de maneira excludente, visto que dizem respeito a um mesmo problema.

Desse modo, é necessário que a ONU passe a incorporar, portanto, as violências contra homens e meninos em suas políticas de gênero por meio de conscientização acerca desses problemas e buscando a prevenção e punição desses crimes. Para isso, é necessário lidar com as causas e com as funções dessas violências e não por meio de uma aplicação automática de políticas que privilegiam apenas parte específica da população.

Por fim, ressaltamos a necessidade de políticas de *gender mainstreaming* capazes de atuar na sociedade em prol das vítimas masculinas, incentivando a denúncia e enfatizando também os seus problemas e a sua necessidade de reinserção (CARPENTER, 2006a; SIVAKUMARAN, 2007). Superando essas construções, a atuação da organização deve se voltar ainda para a proteção e para a assistência de civis de maneira ampla e irrestrita, conforme destaca Carpenter, e não apenas para a proteção das mulheres e crianças (CARPENTER, 2006a). Enquanto essas questões permanecerem silenciadas, não será possível falarmos na existência de verdadeiras políticas de *gender mainstreaming*.

Referências

ALLEN, Beverly. *Rape Warfare: The Hidden Genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Democratic Republic of Congo: Mass rape - time for remedies*, 2004. Disponibilidade: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR62/018/2004/en/dom-AFR620182004en.htm>>. Acesso em: 29 set. 2008.

BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul e GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. Maldon: Policy, 2004.

BBC NEWS. *UN classifies rape a 'war tactic'*, 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7464462.stm>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

CARPENTER, Charli. Recognizing Gender-Based Violence Against Civilian Men and Boys in Conflict Situations. *Security Dialogue*, v. 37, n. 1, p. 83-103, 2006a.

_____. *Innocent Women And Children: Gender, Norms And the Protection of Civilians*. Hampshire: Ashgate, 2006b.

CHARLESWORTH, Hilary. Not waving but drowning: Gender Mainstreaming and Human Rights in the United Nations. *Harvard Human Rights Journal*, vol. 18, pp. 1-18, 2005.

CAVÉ, Frederic. MONUC meets with Congolese women. *MONUC*, 2008. Disponível em: <<http://www.monuc.org/news.aspx?newsID=18274>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

ENLOE, Cynthia. All the Men are in Militias, All the Women are Victims: The Politics of Masculinity and Femininity in Nationalist Wars. In: Lorentzen, L. e Turpin, J. *The Women and War Reader*. Nova York: New York University Press, 1998.

FEINMAN, Ilene Rose. Women warriors/ Women peacemakers In: Lorentzen, L. e Turpin, J. *The Women and War Reader*. Nova York: New York University Press, 1998.

GENDERCIDE WATCH. *Case Study: The Srebrenica Massacre, July 1995*. Disponível em: <http://www.gendercide.org/case_srebrenica.html>. Acesso em: 24 fev. 2009.

_____. *Case Study: Bosnia-Herzegovina*, Disponível em: < http://www.gendercide.org/case_bosnia.html>. Acesso em: 24 fev. 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Sexual Violence in the Congo War: A Continuing Crime*, 2005. Disponibilidade: <<http://www.hrw.org/reports/2005/drc0305/4.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

JIMENEZ, Ximena. *Gender Perspectives in United Nations Peacekeeping Operations: a course produced by UNITAR Training programme*. Nova York: UNITAR POCL, 2007.

JONES, Adam. *Gender and Ethnic Conflict in ex-Yugoslavia*. *Ethnic and Racial Studies*, v.17, n.1, p. 129-30, 1994.

_____. Genocide and Humanitarian Intervention: Incorporating the Gender Variable, 2002. *Journal of Humanitarian Assistance*. Disponível em: <<http://www.jha.ac/articles/a080.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

_____. Gender and Genocide in Rwanda. In: JONES, A. *Genocide and Genocide*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2004.

JONES, Adam e SIVAKUMARAN, Sandesh. *Sexual Violence Against Males: a Genocidal Strategy?* Paper presented to the 2007 Conference of the International Association of Genocide Scholars. Sarajevo, Bosnia & Herzegovina, Julho, 2007.

KORAC, Maja. Gender, Conflict and Peacebuilding: Lessons from the Conflict in the former Yugoslavia. *Women's Studies International Forum*, v. 29, n. 5, pp. 510-520, 2006.

KOUMBO, Sy. One day workshop held on the promotion of new sexual violence law in the DR. *MONUC*, 2008. Disponível em: <<http://www.monuc.org/News.aspx?newsId=17003>>. Acesso em 13 de mar. 2009.

MAZURANA, Dyan; RAVEN-ROBERTS, Angela; PAPART, Jane e LAUTZE, Sue. Introduction: Gender, conflict and Peacekeeping. In: MAZURANA, D.; RAVEN-ROBERTS, A.; PAPART, J. *Gender, Conflict and Peacekeeping*. Nova York: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

MCGREAL, Chris. Hundreds of thousands raped in Congo wars. (2006). *The Guardian*, Londres, 14 nov. 2006, [Online]. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2006/nov/14/congo.chrismcgreall>>. Acesso em: 31 Jan. 2009.

MÉDECINS SANS FRONTIÈRES. *"I Have No Joy, No Peace of Mind": Medical, Psychosocial, and Socio-economic Consequences of Sexual Violences in Eastern DRC*. Amsterdam: Médecins Sans Frontières, 2004.

NOLEN, Stephanie. Rape again rampant in Congo. *The Globe and Mail*, Toronto, 17

out. 2008. Disponível em: <<http://newsite.vday.org/node/1204>>. Acesso em: 31 Jan. 2009.

OFFICE OF GENDER AFFAIRS- MONUC. *Activities Report from the Office of Gender Affairs of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo*. Kinshasa, 10 jan. 2003a. Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/resources/Peacekeeping/MONUCOGA2002report.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

OFFICE OF GENDER AFFAIRS-MONUC, (2003b). *United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo – Gender Office*, [Online]. Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/resources/Peacekeeping/MONUCOGApamphlet.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

OLSSON, Louise. *Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective*. *International Peacekeeping*, v. 7, n. 3, p. 1-16, 2000.

PEEL, Michael. Men as perpetrators and victims. In: PEEL, M. *Rape as a Method of Torture*. Londres: Medical Foundation for the Care of Victims of Torture, 2004. Disponível em: <http://www.torturecare.org.uk/files/rape_singles2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009.

PRATT, Marion e WERCHICK, Leah. *Sexual Terrorism: Rape as a Weapon of War in Eastern Democratic Republic of Congo*: USAID/ DCHA Assessment Report, 2004. Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/resources/DRC/USAIDDCHADRC.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

RAVEN-ROBERTS, Angela. Gender Mainstreaming in the United Nations Peacekeeping: Talking the talk, Tripping over the walk. In: MAZURANA, D.; RAVEN-ROBERTS, A.; PAPART, J. *Gender, Conflict and Peacekeeping*. Nova York: Rowman and Littlefield Publishers, 2005, p. 43-64.

REJALI, Darius M. After Feminist Analyses of Bosnian Violence In: Lorentzen, L. e Turpin, J. *The Women and War Reader*. Nova York: New York University Press, 1998.

VÄYRYNEN, Tarja. Gender and UN Peace Operations: The Confines of Modernity. *International Peacekeeping*, v.11, n.1, p.125-142, 2004.

SIVAKUMARAN, Sandesh. Male/Male Rape and the “Taint” of Homosexuality. *Human Rights Quarterly*, v. 27, n. 4, p. 1274-1306, 2005.

_____. Sexual Violence Against Men in Armed Conflict. *European Journal of International Law*, v. 18, n.2, p. 253-276, 2007.

STIGLMAYER, Alexandra. The rapes in Bosnia-Herzegovina In: STIGLMAYER, A. *The War against Women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

TICKNER, J. Ann. Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives. In: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, F. *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

UNITED NATIONS. United Nations Security Council Resolution 1820. S/RES/1820 (2008).

UNITED NATIONS. United Nations Security Council Resolution 1291. S/RES/1291 (2000).

UNITED NATIONS. United Nations Security Council Resolution 1325. S/RES/1395 (2000).

UNITED NATIONS. *United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo*. Disponível em: <<http://www.monuc.org/>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATION. *Gender and UN Peacekeeping Operations*. Nova York: DPKO, 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/gender/>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

UNITED NATIONS MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO. *Gender: women and security*. Kinshasa: MONUC, 2006. Disponível em: <<http://www.monuc.org/news.aspx?newsID=732>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

UNITED NATIONS MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO. *Great Lakes: Consultation on the eradication of sexual violence and impunity*, . Kinshasa: MONUC, 2008a. Disponível em: <<http://www.monuc.org/news.aspx?newsID=17588>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

UNITED NATIONS MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO. *The protection of the population remains the primary goal for MONUC, says Alan Doss*. Kinshasa: MONUC, 2008b. Disponível em: <<http://www.monuc.org/News.aspx?newsId=18425>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

UNITED NATIONS NEWS CENTRE. *Congolese rape survivors break silence at UN-organized event*. [s.l]: United Nations, 2008a. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=28034&Cr=DRC&Cr1=KIVU>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

UNITED NATIONS NEWS CENTRE. *More women needed to join, sensitize UN missions, Security Council told*. [s.l]: United Nations, 2008b. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=8711&Cr=women&Cr1=peace#>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

UNITED NATIONS NEWS CENTRE. *Gender officers in UN operations working to protect, promote women's right*. [s.l]: United Nations, 2008c. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/storyAr.asp?NewsID=25341&Cr=peacekeeping&Cr1=gender>>. Acesso em: 28 mar. 2009.